



PROVA DE DIREITO PENAL

Questão 1. Lucas, motorista visivelmente embriagado, dirigia na contramão, após ter ingerido, numa festa de aniversário, mais bebida alcoólica do que estava habituado. Nessas condições, ao regressar para casa, de madrugada, dirigindo em velocidade superior à permitida e em “zig-zague”, por uma estrada deserta, foi surpreendido com a queda de uma moça que se atirou de um viaduto, caindo em cima do pára-brisa do carro de Lucas, que por ali trafegava naquele exato instante, restando atropelada. Um casal que passava pelo local, de carro, viu a tragédia e chamou socorro médico. A moça atropelada chamava-se Luciana, tinha 18 anos de idade, e foi conduzida a um hospital público municipal que ficava nas redondezas, com atendimento realizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS). A polícia também chegou ao local do atropelamento. O motorista negou-se a fazer qualquer exame de sangue, urina ou mesmo o teste do etilômetro ou “bafômetro”, embora tenha assumido estar embriagado. Foi conduzido a uma Delegacia de Polícia onde um médico foi chamado para fazer o exame clínico, através do qual ficou constatada a presença dos sinais característicos de embriaguez alcoólica. Enquanto isto, no hospital, antes de Luciana ser levada à sala cirúrgica, o Dr. Roberto, médico plantonista, cobrou de familiares da paciente o valor “extra” de R\$ 1.000,00, dizendo a eles que se não o pagassem ou que se contassem isto a alguém, o “azar seria de Luciana”. Os familiares, intimidados, pagaram o valor exigido pelo médico. Na verdade, o Dr. Roberto é um médico particular contratado pela Prefeitura em caráter emergencial para reforçar o plantão no atendimento pelo sistema público de saúde aos finais de semana, diante da falta de médicos concursados. Encerrada a cirurgia, Luciana foi levada para a Sala de Recuperação, onde horas mais tarde veio a falecer em razão de uma infecção contraída pelo emprego de bisturi não esterilizado utilizado durante aquele procedimento pelo Dr. Roberto. A chefe da equipe de enfermagem, enfermeira Cláudia, devido ao excesso de trabalho nos últimos dias, estava cansada e descuidou-se da importante tarefa de sua responsabilidade. Vale dizer que durante a investigação policial constatou-se que Luciana foi referida por sua família como pessoa que padecia de depressão aguda e que estava em crise por ter parado, por conta própria, com a medicação prescrita pelo psiquiatra. Diante do problema responda às questões que seguem:

- a. Tipifique a conduta de Lucas, caso este tenha praticado algum crime, analisando a existência de risco juridicamente relevante.
- b. Tipifique a(s) conduta(s) criminosa(s) do Dr. Roberto, caso tenha(m) ocorrido.
- c. Tipifique a conduta dos familiares de Luciana, se for o caso.
- d. A morte de Luciana deve ser imputada criminalmente a alguém? Caso afirmativo tipifique o delito e indique a autoria. Responda ainda se houve concurso de pessoas e fundamente sua resposta sob o enfoque do risco juridicamente relevante.

Questão 2. Maria, agindo com a consciência e a vontade dirigida a causar a morte de Carlos, proprietário e motorista de micro-ônibus lotação, vem a inutilizar o sistema de freios do veículo, em represália ao fato de que Carlos despedira injustamente seu marido da função de fiscal de largada dos veículos. Tanta raiva turvava os sentimentos de Maria que ela, mesmo sabendo que sua conduta poderia ocasionar também a morte de inocentes passageiros que porventura estivessem no veículo, não se deteve em seu agir, sendo indiferente a tal resultado. Ocorre que, na primeira viagem após a sabotagem, somente o motorista Carlos e um passageiro encontravam-se no lotação: o próprio filho de Maria. Na primeira ladeira, Carlos, sem conseguir manejar o veículo que estava sem freios, perde o controle do mesmo, vem a colidir com um poste de concreto, sendo que por traumatismo craniano decorrente da batida, motorista e passageiro vêm a morrer. Ao saber do trágico desfecho de sua ação, Maria, em prantos, confessa o plano que colocou em prática para matar Carlos e que acabou por ceifar também a vida do seu filho.

Discorra sobre o fato, considerando o elemento subjetivo e o concurso de crimes. Entre outros aspectos, responda também:

- a. Qual a capitulação delitiva da conduta de Maria?
- b. Há alguma causa capaz de eximir Maria de pena? Por quê?
- c. Em hipótese de condenação, considerando que houve duas mortes, como deverá ser aplicada a pena?

Questão 3. O DENARC realizou longa investigação sobre tráfico de drogas no Bairro da Saúde, em Porto Alegre. Foram monitoradas as atividades de várias pessoas, inclusive com escutas telefônicas autorizadas pela Justiça. No dia 12.6.2009 a polícia prendeu em flagrante Pedro de Tal, que dirigia um automóvel marca Audi, Placas XXX, de sua propriedade, sendo encontrados no interior do veículo cinco pacotes contendo cocaína (total de 2,5 Kg). Também foi apreendida uma metralhadora marca Uzi, de 9mm (uso restrito), municada com 25 cartuchos completos, que estava debaixo do banco do caroneiro. A droga foi submetida à perícia e deu resultado positivo para cocaína. A polícia deslocou-se, no mesmo dia, para a casa de Pedro de Tal, munida com mandado de busca e apreensão. Ao ingressar na residência, encontrou Tatiana de Tal, namorada de Pedro há 3 meses e que mora no local. Ela estava preparando droga (cocaína) em pequenas quantidades (petecas de 1 grama cada) de um pacote maior, que estava sobre a mesa da cozinha. No total foram apreendidos 260 gramas da droga em poder de Tatiana. A polícia realizou buscas e encontrou maconha nos fundos da casa, dentro de um freezer, num total de 38 Kg. Examinada a droga deu resultado positivo para maconha (THC), bem como para a cocaína. Toda a droga foi apreendida. No pátio da residência foram apreendidos duas motocicletas Kawasaki de 1.100 cilindradas e um Audi modelo TT, todos com documentação em nome de Joaquim de Tal, irmão de Pedro de Tal. No interior da residência a polícia também apreendeu R\$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais) e US\$ 12.300 (doze mil e trezentos dólares americanos), mais 127 cheques de terceiros, totalizando R\$ 108.000,00 (cento e oito mil reais). Pedro e Tatiana não têm profissão definida nem emprego. Analise os fatos, indicando a tipificação das condutas. Analise também a questão relativa aos bens apreendidos.

Questão 4. Alexandre subtrai para si, mediante o uso de violência contra o segurança Éverton, vários objetos do Museu de Arte de Porto Alegre. Após a subtração, com medo da perseguição policial que se inicia, dirige-se à residência de Bruno e pede-lhe auxílio para que possa ficar alguns dias ali escondido. Bruno tem o conhecimento pleno dos fatos ocorridos e, mesmo assim, coopera com Alexandre para que ele não seja detido. Diante destes fatos pergunta-se:

- a. Houve concurso de pessoas? Explique.
- b. E se Bruno soubesse previamente dos planos de Alexandre, porém, sem qualquer contribuição para o fato, esperasse a concretização do roubo para adquirir os produtos do crime, haveria concurso de pessoas?

Questão 5. Ernesto, traficante conhecido, possui concorrentes no mercado do tráfico de drogas. Francisco, concorrente de Ernesto, pretende envenená-lo. Para isto, combina um encontro com Ernesto em local neutro. No referido local, sem a anuência do dono da casa, que nada sabe, e sem que os demais percebam, ministra na bebida de Ernesto quantidade de veneno suficiente para matá-lo. Ernesto bebe e começa a passar mal. Francisco foge. Ernesto é socorrido e levado ao hospital, onde recebe o devido tratamento para sua recuperação. Entretanto, enquanto Ernesto recebe o tratamento que o salvaria, é atacado por Yuri, paciente em surto psicótico, que o mata por estrangulamento. Francisco responderá por algum delito? Se fosse adotada a teoria da imputação objetiva a responsabilidade penal de Francisco seria modificada?



PROVA DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 1. Um servidor da Polícia Civil foi condenado pela prática do crime previsto pelo artigo 306 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, sendo-lhe aplicada somente a pena mínima de 6 (seis) meses de detenção, com posterior substituição por uma pena restritiva de direitos, sendo que a condenação tornou-se definitiva em virtude do trânsito em julgado da sentença penal condenatória. Relativamente ao delito acima referido, a prova produzida no processo penal e a fundamentação da sentença condenatória deixaram certa a ocorrência das seguintes circunstâncias: o policial civil estava no gozo de férias; conduzia seu veículo particular; era primário e de bons antecedentes. Em razão desses fatos, que só se tornaram conhecidos de seus superiores hierárquicos há menos de 1 (um) ano, responda, fundamentadamente às seguintes questões:

- a. Que providências deveriam (ou poderiam) ser adotadas pela Polícia Civil no âmbito administrativo-disciplinar?
- b. Quais são os possíveis enquadramentos do fato no rol das transgressões disciplinares?
- c. Quais seriam, em tese, as punições ou penas disciplinares a que estaria sujeito o policial civil que praticou o delito acima referido?

Questão 2. Na esfera penal, um policial civil foi processado e condenado criminalmente pela prática de crime contra administração pública, tendo esta sentença transitada em julgado. No âmbito administrativo-disciplinar ainda está em andamento um processo administrativo disciplinar – PAD – exclusivamente pelo mesmo fato. Pergunta-se: essa decisão judicial gera efeitos para o processo disciplinar? Explique.

Questão 3. Comente: Conforme a Lei Complementar Estadual nº 10.098/94, será considerada infração disciplinar a recusa do servidor público estadual em cumprir ordem de seu superior hierárquico.

Questão 4. Prefeito de Município, com a finalidade de atender necessidade emergencial demonstrada, encaminhou para a Câmara de Vereadores, em regime de urgência, projeto de lei autorizando a contratação emergencial de agentes públicos. A lei foi aprovada. De acordo com o texto legal, a Administração Municipal foi autorizada a contratar, pelo período de um ano, sem concurso público, 20 agentes, a serem selecionados com base em critérios estabelecidos na lei. Foi contratado o número de servidores autorizado. Decorridos três meses, e saneado o problema que gerou a necessidade emergencial, 12 dos servidores selecionados foram transferidos para outras atividades na Prefeitura Municipal, tendo em vista necessidades surgidas neste período de tempo. Analise os atos administrativos em questão, sob o prisma da sua legalidade ou nulidade, de forma fundamentada.

Questão 5. Pode haver anulação de revogação de ato administrativo? Responda fundamentadamente, explicando os conceitos pertinentes ao caso.



PROVA DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

Questão 1. João, depois de arrombar a porta principal de uma residência, subtrai do interior do imóvel, para si, a quantia de R\$2.000,00 (dois mil reais). Na seqüência, foge do local em um veículo automotor. Alguns quilômetros depois, perde o controle do automóvel e colide contra outro carro que estava estacionado, bem próximo do local em que estavam dois policiais. De imediato, quando os policiais se aproximam de João, percebem que ele, que estava com visíveis sinais de embriaguez, não se machucou em decorrência da colisão. Diante disso, apresentam-no preso na Delegacia de Polícia em que você acabou de assumir como titular. Também entregam no órgão policial os veículos e o dinheiro subtraído. João concorda em ser submetido a qualquer espécie de perícia. Levando-se em consideração apenas os aspectos relacionados aos exames de corpo de delito e às perícias em geral, questiona-se o seguinte:

- a. Existe necessidade de produção de alguma prova pericial no presente caso? Caso haja, qual(is)?
- b. Havendo somente um médico-legista oficial na cidade e não existindo perito do Departamento de Criminalística na região, nem a possibilidade de os oficiais que trabalham em Porto Alegre se deslocarem até o município, como deverá proceder a autoridade policial para a realização da(s) perícia(s) que seja(m) necessária(s)?

Questão 2. Fernando, brasileiro, residente na cidade de Santa Maria/RS, em concurso com mais dois agentes, ambos de nacionalidade uruguaia, logo após praticarem crime de roubo qualificado na Agência da Caixa Econômica Federal, na cidade de Uruguaiana/RS, foram perseguidos pelo Delegado e por agentes da Polícia Civil de Uruguaiana, até a cidade de Santana do Livramento/RS. Lá chegando, os referidos policiais civis, ao presenciarem o ingresso dos infratores na cidade de Rivera, República Oriental do Uruguai, prosseguiram na perseguição aos assaltantes no país vizinho, sendo que, após breve tiroteio ocorrido no centro da cidade de Rivera, Uruguai, onde foram danificados inúmeros prédios, e um transeunte acabou falecendo em decorrência de um dos disparos efetivados, todos os infratores foram presos pelos policiais civis. Em seguida, após imobilizarem os três agentes infratores, os policiais brasileiros colocaram os criminosos no interior dos veículos da Polícia Civil, e se dirigiram para a cidade brasileira de Uruguaiana, sem qualquer comunicação às autoridades policiais de Rivera. Na seqüência dos fatos, o Juiz da 1ª Vara Criminal da Justiça Estadual de Uruguaiana, além de homologar o flagrante, deferiu a representação oferecida pelo Delegado de Polícia local, a fim de decretar a prisão preventiva de todos os infratores. Cabe salientar que, após a realização de toda a instrução processual, na referida vara criminal, os infratores acabaram sendo condenados a 12 anos de reclusão em regime fechado, não tendo os defensores dos condenados apresentado qualquer recurso para o Tribunal de Justiça. Analise a questão apresentada, destacando *todos* os aspectos processuais que entender pertinentes.

Questão 3. O cidadão João, em conflito doméstico, prevalecendo-se de sua força física, agride sua mulher, causando-lhe lesões corporais leves. Maria, a esposa agredida, dirige-se à Delegacia de Polícia, comunicando à autoridade policial a agressão sofrida. Conforme o disposto no art. 88 da Lei 9.099/95, “... *dependerá de representação a ação penal relativa aos crimes de lesões corporais leves e lesões culposas*”. Todavia, pela leitura da Lei 11.340, de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), no seu art. 41, está determinado que “*aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995*” (Lei dos Juizados Especiais Criminais). A Lei Maria da Penha refere em outros dispositivos à representação.

Comente sobre esta (aparente) contradição e indique, fundamentadamente, qual a solução para ela, sem dispensar o entendimento sobre a natureza da ação penal (pública incondicionada, pública condicionada ou privada), que resultará da ação de João. A ocorrência de lesões leves em conflito doméstico de que resulte a aplicação da Lei Maria da Penha, resultará em ação penal pública incondicionada ou dependerá ela de representação? Quais as providências que a autoridade policial deverá tomar ao receber a *notitia criminis* da agressão?

Questão 4. Dois indivíduos foram apresentados à Delegacia de Polícia, detidos em flagrante delito, respectivamente, por tráfico de entorpecentes (sujeito “A”) e por lesão corporal culposa na direção de veículo automotor (sujeito “B”). No que tange a “A”, o Delegado de Polícia constatou tratar-se de oferecimento eventual de droga, sem objetivo de lucro, à pessoa de relacionamento do flagrado, para juntos consumirem. Diante desse enunciado e dos caminhos processuais que as leis aplicáveis aos casos enunciam, quais os cuidados, em relação à lavratura ou não do auto de prisão em flagrante, que o Delegado deverá ter:

- a. Em relação ao sujeito “A”;
- b. Em relação ao sujeito “B”.

Questão 5. Conceitue flagrante esperado, preparado e diferido ou retardado, bem como explique quais as principais diferenças entre eles no resultado de uma operação policial.



PROVA DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 1. Normas constitucionais: discorra sobre os conceitos de vigência, validade e eficácia. Apresente ao menos um exemplo de normas constitucionais de eficácia plena, de eficácia contida e de eficácia limitada.

Questão 2. No âmbito da hierarquia das normas, qual patamar normativo dos tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil é parte, considerando decisões recentes do Supremo Tribunal Federal e a posição da doutrina?

Questão 3. O juiz manda algemar o acusado fora dos pressupostos da súmula vinculante 11, em julgamento de plenário. Discorra sobre:

- a. O processo de edição de súmulas vinculantes, em particular aquela em pauta no problema;
- b. O remédio constitucional cabível ante a atitude do magistrado e;
- c. Acerca da repercussão da atitude do magistrado em relação à prova colhida e ao julgamento da demanda, passível de ser argüido em grau de recurso.

Questão 4. As medidas cautelares, de restrição de liberdade ou de caráter instrumental, como as interceptações telefônicas (art. 5º, XII, da Constituição Federal de 1988), estão localizadas, segundo a doutrina, no ponto mais crítico do difícil equilíbrio entre dois interesses opostos, o respeito ao direito de liberdade e a eficácia na repressão dos delitos. Nesse andar, discorra sobre dois pontos específicos.

- a. A colisão de direitos fundamentais e a sua solução à luz da interpretação constitucional;
- b. A restrição de direitos e garantias fundamentais e o seu caráter absoluto, trazendo pelo menos um exemplo no âmbito da investigação criminal.

Questão 5. A Constituição Federal prevê como júízo natural para processo e julgamento do Presidente da República, nos crimes de responsabilidade, o Senado Federal (art. 86). Nos crimes comuns, o Presidente da República será processado e julgado pelo STF. Discorra sobre os seguintes aspectos do tema:

- a. O que são crimes de responsabilidade?
- b. O que é e onde está o júízo de admissibilidade da acusação nestas condições?